

Eixo2 - Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

A obrigatoriedade da redação em processos seletivos para admissão ao ensino superior

Vitor Sergio de Almeida - Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
e-mail: vitor_sergio@hotmail.com
Rogério Justino - Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
e-mail: rogerio.justino@gmail.com

Resumo: Tal artigo trata-se de uma reflexão acerca da redação no atual contexto e frente ao papel do governo em relação a normatização da mesma nos exames de seleção para o ingresso ao ensino superior. Portanto, visa-se refletir se o Estado desempenha o seu papel como norteador de investimentos financeiros, profissionais e de análise do ensino. Em suma, acredita-se que uma das concepções para a melhora do meio educacional brasileiro não é normatizar provas, mas entender e valorizar basicamente a formação do aluno, enfatizando que os exames devem pautar em uma “reflexão”, aliada a uma atuação profissional por parte dos elaboradores e do Estado.

Palavras-chave: redação; avaliação; ensino superior.

No Brasil, cuja sociedade se mostra ampla e diversificada, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão. Papel, que segundo Bucci (1996), coroa-se com programas de ação governamental que buscam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, com isso valoriza-se a realização de atos socialmente relevantes e politicamente determinados. Assim, pela ação interventora, financeira e de bem comum em que impõe a redação como prova obrigatória e eliminatória, evidencia-se que é uma iniciativa de política pública educacional.

E requisitada valorização da produção de texto se deu pela determinação do Ministério da Cultura e Desenvolvimento (MEC), confirmada pela portaria de número 391, no parágrafo segundo de sete de fevereiro de 2002, de tornar a redação obrigatória e eliminatória nos exames de admissão para o ensino superior, ou seja, das diversas disciplinas contidas na grade curricular do Ensino Médio, a única que realmente deve ser cobrada com enfoque excludente nos testes de seleção é a produção de texto, enquanto que as demais podem ser expostas de acordo com a necessidade ou foco do exame.

Tal mudança foi anunciada no dia 18 de dezembro de 2001 pelo, então, Ministério da Educação, Paulo Renato de Souza, em resposta a aprovação de um semianalfabeto no vestibular de duas instituições particulares no Rio de Janeiro. A materialidade da história aconteceu em uma matéria exibida no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no dia 16 de dezembro do mesmo ano. Diante de tamanho constrangimento e da cobrança de mais rigor na realização e na correção das provas de vestibulares, a redação deixou de ser “mais uma” prova, tornou-se uma exigência, visando principalmente impedir que analfabetos sejam aprovados em cursos superiores.

Portanto, contata-se que a “tal” valorização da redação não se deu por méritos enquanto disciplina ou área de conhecimento, mas por uma necessidade de mudança regimental ou política, para evitar um constrangimento ainda maior, ou até para maquiar o falho sistema de seleção de candidatos ao ensino superior no Brasil.

Enfim, o governo precisa ser mais fiscalizador na organização das provas de admissão ao ensino superior, fazendo com que as mesmas sejam bem aplicadas, corrigidas e que ninguém seja aprovado sem demérito pessoal ou educacional ou social. Pensando desse modo, para que haja uma transparência e uma boa concretização do processo seletivo, deve-se promover um processo educacional – público – de boa qualidade, para isso investir urgentemente na melhora na estruturação do exame de seleção em todas as instituições brasileiras. Logo, fazendo com que o ensino da redação também deve ser valorizado na base escolar.

Mesmo sendo uma mudança que não foi pensada nem discutida com educadores, ela tem o seu pilar educacional e até cidadão, pois a escrita, sendo parte fundamental do sistema linguístico, ao ser estimulada também propaga a cidadania e o lado humano. Enfim, a linguagem tem um papel de integração, logo a dominando, a pessoa pode aspirar mais e melhor os seus direitos e deveres perante a sociedade.

Nota

Mostra-se que a ação de impor a prática da redação não busca resolver o problema na raiz, no pilar. Vangloria-se que o melhor a ser feito, sem nenhuma dúvida, é investir nas séries iniciais, buscando erradicar o analfabetismo e dando suporte social e cidadão ao indivíduo para ele tenha um bom desempenho educacional, dominado os mecanismos básicos da linguagem, com isso sabendo construir textos.

Referências bibliográficas

BUCCI, Maria Paula Dallari. **As políticas públicas e o Direito Administrativo**. Revista Trimestral de Direito Público, n. 13, São Paulo: Malheiros, 1996.

Ministério da Educação e Cultura. **Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário**. CD-ROM, 2005.